

Situação no Alentejo continua explosiva

• «Há que fazer cumprir a lei em vigor»

— afirma o governador civil de Beja

Pág. 5



O cerco alentejano

O Alentejo é um barril de pólvora, cuja explosão pode dar-se de um momento para o outro. Forças antidemocráticas jogam, ali, neste momento, a grande cartada visando o derrube do Governo legítimo de Mário Soares e o regresso do país ao ante-25 de Novembro.

Por estes dias, não é a Reforma Agrária que está em causa nos múltiplos cercos alentejanos a propriedades legalmente devolvidas aos seus donos; o que verdadeiramente está em causa é a sobrevivência da democracia que o 25 de Abril e o 25 de Novembro tornaram possível construir no nosso país.

A crise económica é um facto e em super-lá estão empenhados o Governo e todos quantos não desconhecem ser imperativa uma mobilização colectiva, não excluindo ninguém, para o aumento da produtividade, condição *sine qua non* da manutenção das liberdades. De outro modo, será inevitável o regresso ao passado, que o povo não deseja — e tem-no dito com actos. Estes valem bem mais do que o agitar de espantelhos...

O país vem tomando conhecimento, com espanto crescente, da situação no Alentejo e interroga-se sobre o que ali poderá acontecer. O barril de pólvora explodirá? Cederá o Governo? Cederão os sindicatos? A quem interessa o deflagrar da violência? Tais perguntas surgem, enquanto não falta quem admita já a possibilidade da declaração do estado de sítio na zona de intervenção da Reforma Agrária, o que aparentemente até constituirá o objectivo das forças que «lideram» o processo...

Entretanto, as largas centenas de trabalhadores ocupados nas operações de cerco às propriedades devolvidas vão recebendo os seus salários... e a faina agrícola está paralisada. Multiplicam-se as ameaças a quem aceite trabalhar nas herdades particulares. Instala-se o medo. E é visível a coacção a que estão sujeitos muitos dos rurais atirados para a frente na lamentável situação insurreccional que se vive no Alentejo. Nota-se que, mais uma vez, o povo laborioso é utilizado como «carne para canhão» em experiências pretensamente favoráveis aos seus interesses, levadas a cabo em frontal desafio à legalidade democrática em vigor. Se tais experiências falharem, as forças que os empurraram para elas não deixarão de vir a público lavar as mãos, como já tem acontecido.

E, no entanto, o Alentejo não pode constituir a excepção à regra da vivência democrática do país. O Alentejo não pode ser feudo de forças que, a partir dele, mais não pretendem que estender a todo o país uma nova ditadura terrorista. Não pode haver uma lei para o Alentejo e outra para o resto do país.

O Alentejo não pode ser o coval da democracia portuguesa. O país não o permitirá. Veremos como a autoridade legítima interpreta esta disposição.

Torquato da Luz



«FORÇA, FORÇA, CAMARADAS!»

Fotomontagem «Jornal Novo»

Elemento da segurança do PCP «guarda» bomba no Banco

Pág. 16

«Pides», legionário e informador

— julgamento marcado

Pág. 16

Autarquias locais: começou a campanha

pág. 8

Parágrafos

Temos, portas adentro, a palavra próxima de um debate até há pouco distante. Voz do Terceiro Mundo, o presidente venezuelano tornou imediato o vector maior dos anos setenta: a reformulação do Mundo em termos de uma nova ordem económica.

Consequente do liberalismo económico idealizado pelos arquitectos de Breton Woods, a interdependência da economia mundial abriu via à constatação de um facto, sólido como muro em estômago cheio: na interdependência, há quem seja mais dependente do que outros. Fingiu-se pasmo.

Em Lisboa, Perez, avançou

a explicação de uma OPEP alavanca de poder de um bloco que se agiganta, agressivo como todos os adolescentes. Ao mesmo tempo, na Haia, o Conselho da Europa mergulhava a crise dos seus impasses internos, na problemática mais funda do chamado Diálogo Norte-Sul — que, a partir de Colombo, deixou de ser diálogo para ser labirinto.

A opção está aí: a cristalização na disputa Leste-Oeste, ou a mudança para a audácia de um desafio às inteligências e às capacidades do Século. Questão de coordenações.

Carlos Pinto Coelho

Começou a campanha eleitoral para as autarquias locais

A estratégia dos partidos candidatos

Onze partidos e frentes eleitorais iniciaram às zero horas de hoje a sua campanha referente às eleições para as autarquias locais, que se prolongará até às 24 horas de 10 de Dezembro, antevéspera do dia marcado para o acto eleitoral. Os partidos que concorrem são, como é do domínio público: Partido Socialista, Frente Eleitoral Povo Unido, Partido Social-Democrata, Centro Democrático Social, Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), Liga Comunista Internacionalista, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Partido Popular Monárquico e Partido da Democracia Cristã.

As normas por que se deverá reger a campanha eleitoral estão contidas no capítulo II, artigo 52.º a 61.º do Dec.-Lei 701/B/76, que disciplina a realização destas eleições nos seus diversos aspectos. Ressaltando o direito a igual tratamento, por parte das entidades públicas e privadas, a fim de os candidatos e partidos efectuarem livremente e nas melhores condições a sua campanha eleitoral, impedem, no entanto, o uso da televisão e meios de radiodifusão. Quanto às publicações noticiosas que insiram matéria respeitante à campanha, darão tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas.

Assim, recolhemos depoimentos de todos no que respeita à estratégia da campanha, conseguindo reunir os elementos que se seguem.



PS: «Poder local pela liberdade, pelo socialismo, por Portugal»

Os candidatos propostos ou apoiados pelo Partido Socialista às eleições para os órgãos do poder local apresentam-se com a certeza de que este voltará a manifestar a sua confiança no Partido que venceu as eleições para a Assembleia da República. Porque o Partido Socialista tem vindo a falar uma linguagem de verdade, não esconde as dificuldades em palavras demagógicas e não hesita em enfrentar com coragem e determinação os graves problemas com que o país se debate no meio de uma conjuntura económica internacional de crise.

Ao proporem-se assumir a gestão das freguesias e municípios do País, os candidatos do P.S. sabem, até pela experiência que muitos deles adquiriram, que não os espera uma tarefa fácil. Mas tal como os ministros e deputados socialistas, não receiam dar o melhor do seu esforço e inteligência para a resolução dos problemas concretos que afligem a população, certos de que só o trabalho persistente de todos conseguirá transformar Portugal numa sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna.

Os candidatos socialistas tudo farão para que os órgãos do poder local — as assembleias e juntas de freguesia, as assembleias e câmaras municipais — se convertam na base da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas imediatos que os afectam: a habitação, os transportes, as estradas e as ruas, o saneamento básico, a qualidade de vida, a saúde, a educação, os mercados, o abastecimento de água, a iluminação eléctrica, etc. Para tanto, terão esse órgão de ser dotados, com a ajuda do Governo socialista, dos meios necessários para suprir as deficiências derivadas da sua falta de recursos financeiros, da necessária reformulação das suas competências, das anomalias da administração central. Será da articulação harmoniosa entre a acção das autarquias e a intervenção do Governo e da Administração Central que dependerá a superação dessas defi-

ciências. Assim, fiéis ao programa de Governo que apresentaram e executam, os socialistas providenciarão para que, a curto prazo, seja revista toda a estrutura das receitas municipais, assegurando aos concelhos e freguesias disponibilidades financeiras permanentes, condição indispensável para uma efectiva descentralização administrativa com uma adequada repartição de competências. Igualmente assegurarão a cobertura pelo Governo de todo o território com uma rede suficientemente densa de Gabinetes de apoio técnico a que os órgãos do poder local poderão recorrer, sempre que o achem conveniente. Procurarão também incrementar a constituição das Regiões, em paralelo com a descentralização coordenada dos serviços públicos, contribuindo deste modo para reduzir os desequilíbrios regionais e evitar a exploração do campo pela cidade.

Ao votarem nos candidatos do P.S., os eleitores portugueses estarão a dar a sua confiança a cidadãos honestos. Cidadãos empenhados não na contestação irresponsável do Governo, mas no diálogo permanente e construtivo com os órgãos do Poder Central, cidadãos interessados em dar provas constantes da sua capacidade para levar todos os portugueses, sem excepções ou anátemas de qualquer espécie, a intervir na resolução dos problemas locais, não em procurar aproveitar-se destas eleições para pura propaganda partidária e para dificultar o funcionamento das instituições democráticas consagradas na Constituição.

Votar nos candidatos do P.S. significa, por isso, votar na consolidação das instituições democráticas, na estabilidade dos órgãos do poder, da base ao topo, na capacidade para resolver com eficiência, coragem e determinação os problemas concretos das populações, as dificuldades de toda a ordem do dia a dia dos trabalhadores. Significa igualmente votar na edificação progressista de uma sociedade socialista em liberdade, em que o

Poder não é algo de distante e inacessível mas uma realidade em que todos participamos, da mais modesta aldeia à grande cidade.

Por isso, o P.S. apela para todo o eleitorado para que cumpra o seu dever de votar. As eleições de 12 de Dezembro representam o coramento do Estado democrático consagrado na Constituição e virão confirmar



FEPU: «Procura de soluções para os problemas mais sentidos»

A constituição da Frente Eleitoral POVO UNIDO correspondeu à necessidade de, a nível local, unir todos os cidadãos para a defesa dos seus interesses concretos, independentemente dos partidos em que votaram em anteriores eleições. Com efeito, no próximo dia 12 de Dezembro não vamos escolher um programa de política nacional, mas sim os homens e mulheres que vão, nos próximos três anos, estar à frente dos destinos das freguesias e dos concelhos do nosso País.

Este facto, e a grande variedade de situações locais, determinou que todas as listas da Frente Eleitoral POVO UNIDO e as suas organizações de apoio tenham total autonomia na definição das linhas da sua campanha eleitoral. É evidente que, tratando-se de organizações democráticas, com ligações muito estreitas às populações e às suas



PPD/PSD: «O futuro da tua terra está nas tuas mãos»

A campanha desenvolver-se-á quase exclusivamente nos concelhos. A nível nacional apoiaremos a através de documentação dada aos candidatos. Assim o PSD elaborou 40 000 «cadernos do candidato» em que se situa a política do partido acerca do poder local, explicando dum maneira simples a organização do poder local, como joga com o poder central, a influência e o controlo que o poder central tem sobre o poder local, face à Constituição. No «caderno do candidato» faz-se ainda uma análise retrospectiva à administração local anterior ao 25 de Abril, e posterior (durante estes dois últimos anos), comparando-a com o sistema orgânico e a ideologia que, quanto ao PSD, deve agora inspirá-lo, ou seja, em resumo, a participação.

Além disso elaboraram-se 180 000 cartazes com propa-



GDUP's: «Campanha de rua em contacto com o povo»

Para os GDUP's as travessuras da sua política eleitoral às autarquias locais sintetizam-se em quatro pontos fundamentais: — Mostrar ao povo que caminhamos na linha da candidatura popular e revolucionária do ca-

uma vez mais a capacidade do povo português para tomar conta dos seus destinos. Votando em massa em 12 de Dezembro, os portugueses evitarão que as forças conservadoras ou totalitárias, da direita ou da esquerda, surjam significativamente reforçadas. E votando no Partido Socialista, os portugueses votam no Partido da esperança, da paz e da concórdia nacional.

organizações de base, não deixarão de ser mantida a orientação anteriormente praticada, na elaboração de listas de candidatos e dos seus programas, realizar a campanha eleitoral na base da definição e procura de soluções para os problemas mais sentidos pelas populações. Assim, a iniciativa local unitária e a criatividade popular continuarão certamente a ser a grande característica da actividade da F. E. POVO UNIDO.

No entanto, os partidos que integraram a F. E. POVO UNIDO, os candidatos, e os muitos democratas sem partido que aderiram a este projecto de unidade, não deixarão de defender intransigentemente, em toda a parte, a verdadeira natureza e fins da F. E. P. U., contra todas as deturpações e calúnias, por parte das forças reacionárias, conservadoras e divisionistas.

ganda normal, apelando ao voto e utilizando o «slogan»: «O futuro da tua terra está nas tuas mãos».

Fizeram-se 250 000 pagelas volantes, em que o PSD explica a sua posição no que se refere a problemas locais (luz, água, saneamento básico, ensino, habitação, etc.).

Estes textos servem para municiar o candidato que desenvolverá a sua campanha localmente, como entender (manifestos, listas, etc.).

Em toda a campanha só estão previstos 10 comícios em todo o continente e ilhas, dos quais 2 de nível nacional. Será um trabalho de porta a porta de cada candidato. Nem sequer se irão utilizar figuras nacionais para angariar votos concelhios, não levando pessoas de fora. A expressão nacional da campanha será pequena e apenas para lhes imprimir o carácter de unidade.

marada Otelo, que defendemos a consolidação e alargamento das conquistas do 25 de Abril; que nos opomos com firmeza à política antioperária e antipopular do Governo; e que recusamos o avanço do fascismo, a recuperação capitalista e o imperialismo.

— Defender a Reforma Agrária e os interesses dos pequenos e médios agricultores; combater todas as leis e medidas antioperárias, antipopulares, como por exemplo a dos despedimentos, limitação do direito à greve e fim da unicidade sindical. Exigir a liberdade total para Otelo e todos os militares revolucionários e a prisão dos pides e bombistas.

— Lutar contra o desemprego, organizando os trabalhadores para resistirem à ofensiva do patronato: lutar pelo direito à habitação e contra o aumento das rendas de casa; lutar contra o aumento dos preços dos transportes e sua melhoria; lutar contra a especulação dos intermediários parasitas.

— Os candidatos da Unidade Popular devem, não só ser os mais firmes defensores, mas exprimir também as aspirações das



PCP (m-l): «Teatro de rua para comemorar o 1.º de Dezembro»

A nossa campanha eleitoral assenta no signo da «luta pela independência nacional, pela democracia e pelo progresso social». Além de participar nas listas com a sua sigla, apresenta independentes, militantes da Frente Nacional Democrática AOC, elementos do jornal «O Proletário Vermelho» e os patriotas e democratas.

Como estratégia de campanha, o PCP (m-l) vai comemorar o 1.º de Dezembro de 1640, com uma peça de teatro de rua, alusiva à data, nos Restauradores às onze e no Rossio às 21.30 Horas.

Hoje, 30 arautos percorrerão as ruas de Lisboa e Porto, lendo uma proclamação sobre o significado do 1.º de Dezembro e



LCI: «Eleições são teste global de correlação de forças»

A intervenção da LCI nas eleições para as autarquias tem em conta o carácter eminentemente político e central das mesmas e considera que os seus resultados, funcionando como um teste global da correlação de forças entre as classes, são de uma importância enorme para o período de luta de classes que se abre.

Na situação actual, as forças da burguesia — o PSD e o CDS — encaram as próximas eleições como uma forma de tentarem conseguir uma maioria a nível nacional. Contam, a seu favor, com a política de desmobilização e divisão do Governo PS com as medidas antioperárias e antipopulares de Soares; contam ainda com uma lei eleitoral que lhes é inteiramente favorável. Esperam encontrar nestas eleições um mecanismo institucional que lhes permita dar o passo seguinte, na viragem à direita da cena política nacional: formar um Governo inteiramente sob a sua hegemonia, sob a égide de Eanes, como forma de aprofundar ainda mais os ataques às condições de vida e trabalho da classe operária e de todos os trabalha-

dores, manifestadas através dos Sindicatos, dos órgãos populares de base e de todas as formas de associação e reunião democráticas dos trabalhadores.

Quando à estratégia da nossa campanha ela será essencialmente uma campanha de rua (nas bichas do leite, dos transportes, nos mercados, às portas das fábricas) acompanhada localmente por targetas e manifestos, além da apresentação dos nossos programas para as juntas e câmaras. Será, essencialmente, em contacto com o povo, através de sessões de esclarecimento e comícios. Para já, teremos amanhã, no 1.º de Dezembro, uma festa em Lisboa, no Terreiro do Paço, a partir das quinze horas, em que estarão presentes os candidatos de todas as freguesias, da Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa.

anunciando a peça teatral. A nível nacional será distribuído um desdobrável com o programa geral para as autarquias (dezenas de milhares). O programa tem como pontos fundamentais, os seguintes: — pelo progresso económico; — por uma habitação digna; — pela extensão dos cuidados médico-sanitários de toda a população; — pela promoção do ensino e cultura; — pela melhoria dos equipamentos sociais.

A nível de autarquias realizará o PCP (m-l) comícios e sessões de esclarecimento, além de lançar um profuso número de cartazes e autocolantes.

dores, os ataques à Reforma Agrária, ao controlo operário e a todas as conquistas populares.

Sob a sigla de «maioria operária» a LCI apela, em todos os locais em que não se apresentam, para o voto nas listas do PS, FEPU e GDUP's. E perante a ameaça de um Governo PSD/CDS será de exigir que o PCP e o PS assumam as suas responsabilidades, contrapondo a maioria, que têm na Assembleia da República, a nível governamental, embora não seja uma fórmula revolucionária.

Os moldes da nossa campanha serão o de sessões de esclarecimento político, comícios, através dos núcleos de trabalhadores nos locais de trabalho. Não nos interessa ganhar votos que não correspondam aos interesses reais dos trabalhadores. Por isso faremos sessões de esclarecimento nas fábricas, no sentido de uma acção para: derrotar o PSD e o CDS nas eleições; por uma maioria operária nas autarquias por uma jornada nacional de luta contra os despedimentos, vida cara, cargas policiais, conspirações militares.



PRT: «Voto tem de derrotar a coligação presidencial Eanes - PSD - CDS»

A campanha vai servir fundamentalmente para fazer a propagação de todas as posições do PRT e agitar os eixos de luta dos trabalhadores e estudantes. Assim, proporemos um dia de paralisação, lutando pelos contratos colectivos e o 13.º mês em dinheiro e contra os despedimentos.

O voto, quanto a nós, tem de servir para derrotar toda a coligação presidencial Eanes-PSD-CDS; para que o Governo do Partido Socialista não faça cedências à direita e antes consti-



«PPM: «Política eleitoral depende da doutrina comunalista»

A política do Partido Popular Monárquico em face das eleições para as autarquias locais depende directamente da sua doutrina comunalista. Foi essa doutrina que o levou a criticar a Lei Eleitoral, por a considerar contrária à livre formação e à livre expressão da vontade popular.

Como a posição do PPM não pode ser, no entanto, puramente doutrinária, aceitou-se a Lei vigente, tal como se aceitara criticamente a Constituição, como quadro da actividade possível.

Dentro da tradição monárquica e comunalista que lhe é própria, o PPM resolveu, como regra, apoiar as listas de cidadãos eleitores, independentes de Partidos ou Frentes de natureza semelhante. Se considerarmos, por exemplo, o caso de Lisboa, a natural opção dos filiados ou simpatizantes do PPM vai para candidaturas como as da Comissão de Moradores da Freguesia do Sacramento, da Paróquia da Sé ou, embora com alguma reserva, as de Santa Catarina ou da Amieirota.

Foi esta atitude que levou o Partido a propor, sob sua responsabilidade, listas de candidatos independentes, como acontece nas freguesias da Lapa (cidade de Lisboa) e de Lordelo, no Concelho de Guimarães.

No que se refere às Assembleias e Câmaras Municipais, verificando que a Lei Eleitoral, agravando os defeitos da Constituição, impedia os moradores de apresentarem listas extra-partidárias, decidiu também apoiar listas de origem independente, e apresenta as que se candidatam à Câmara de Elvas e à de Mira (Distrito de Coimbra, Comarca de Vagos).

«O Século» esquecido...

O nosso colega «O Século» publica, na sua edição de hoje, a seguinte notícia:

«Os jornalistas de «O Século» enviaram ontem, ao secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, um «telex» onde «protestam, veementemente, contra o facto de mais uma vez, os ordenados dos trabalhadores da SNT não terem sido pagos na data prevista, o que origina graves prejuízos para todos».

«Refere o documento que os trabalhadores «não podem deixar de responsabilizar a SECS por «descuidos» que só acontecem há alguns meses e que revelam falta de respeito pelos direitos de nove centenas de trabalhadores».

«Recorde-se que, com efeito, tem sido à empresa de «O Século» que mais problemas se têm levantado no que se refere a concessão de avalios do Estado».

Pergunta-se: por que razão este «tratamento preferencial» dispensado pela SECS ao «Século»? Terá sido o jornal escolhido como a primeira vítima do processo de desaparecimento de alguns estatizados, o que parece quase inevitável? E por que «O Século», e não um outro? De qualquer modo, o processo de «enquecimento» do pagamento não parece modo correcto de anunciar aos trabalhadores uma decisão que talvez já exista a nível do Governo e da SECS...

tua um Governo com o PCP e que se apoie na mobilização e luta dos trabalhadores, bem como na maioria operária da Assembleia da República.

A nossa campanha vai ser dividida a três níveis: uma campanha de agitação (sessões de esclarecimento e comícios); uma de propagação com o manifesto (cartazes e jornais de parede); com os comícios — em Lisboa (dia 10, na Voz do Operário, às 21.00 horas) e no Porto (dia 7, no Pavilhão Académico, também às 21 horas).

O Presidente da Venezuela na AR

«O Mundo não poderá continuar dividido entre explorados e exploradores»

Durante a tarde de ontem, o Presidente venezuelano manteve um encontro com o general Ramalho Eanes, tendo os dois chefes de Estado trocado altas condecorações dos respectivos países: Andrés Perez entregou a Ramalho Eanes as insígnias da Ordem do Libertador, e o Presidente da República portuguesa fez a entrega ao visitante das insígnias da Ordem de Santiago. Na altura, os dois presidentes proferiram palavras de apreço mútuo pela acção que vêm desempenhando nos seus países.

O primeiro dia da visita de Andrés Perez ao nosso País terminou com um jantar, oferecido pelo Presidente da República, no Palácio da Ajuda; presentes, entre outras individualidades, o primeiro-ministro, o presidente da Assembleia da República, membros do Conselho da Revolução e do corpo diplomático. Aos brindes, Ramalho Eanes proferiu um discurso, em que salientou a importância da visita do chefe de Estado venezuelano ao nosso país.

Em resposta, disse o Presidente venezuelano, a determinada altura do seu discurso:

«Na América Latina, e na Venezuela em especial, o seu Povo celebrou como coisa própria a vontade portuguesa por liquidar uma ordem política retrógrada e projectar-se com sólida firmeza para a democracia. Dolorosa e difícil foi a rectificação, mas por ela brota todo um Povo erguido, em paz com a sua consciência e o seu destino. Se deste modo Portugal pode agora dedicar-se à empresa de se reconstruir democraticamente, sem empenho quero exprimir aqui, e tenho honra em o afirmar, Portugal não está só».

Na manhã de hoje foram assinados os acordos «básico de cooperação económica e industrial» e «básico de cooperação técnica». Assinaram estes documentos os ministros dos Negócios Estrangeiros.

Na conferência de imprensa, Andrés Perez afirmou não admitir a intervenção dos E.U.A. na economia do seu país, quer em outros assuntos de ingerência interna.

Afirmou depois «estamos a enfrentar pelo diálogo o bom entendimento com os EUA e a Comunidade Europeia».

«A OPEP — diria ainda — tem um fundo de mil milhões de dólares para evitar que suba o preço do petróleo nos países em desenvolvimento».

Ontem à tarde, na Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes saudou o visitante.

Seguidamente usou da palavra, num belo improviso, mais sentimental que disposto ao debate, o presidente da Venezuela que começou por afirmar, em momento para todos os presentes da maior emoção:

«É uma honra que me conferiram, convidarem-me para vir ao seio desta Assembleia, que representa autenticamente o povo de Portugal».

Sinto enorme satisfação ao poder dizer aos representantes legítimos desta Nação que a Venezuela é também uma pátria democrática, que lutou longamente pela sua liberdade, independência e soberania. Sabemos qual o preço da liberdade, que ganhamos ao cabo de uma luta que se prolongou por toda a exis-

tência da nossa República.

«Sofremos, como Portugal, autocracias e ditaduras demoradas e cruéis que pretendiam imobilizar o nosso povo. Mas hoje, como nesta República Ibérica, nós, os venezuelanos, estamos unidos na defesa de um sistema de liberdades e a fazer da Democracia, uma autêntica vivência nacional. Têm todos os partidos políticos, tribuna nas praças públicas da Venezuela e os partidos mais importantes têm representação proporcional, e entendemos que a Democracia só tem glória e autenticidade se houver abertura para a contro- versia de ideias. Numa curiosa comparação, prossegue:

«Aqui, nesta Península, nasceu o nosso ser em tempos remotos dos colonizadores hispânicos e dos marinheiros portugueses.

Pensamos que a integração latino-americana não poderá ser completa e vigorosa e ter voz clara e firme no concerto das nações se não chegar à Península Ibérica. O destino do nosso povo é uno e indivisível. A voz de Portugal soa hoje clara, inequívoca, na nossa pátria venezuelana. É verdade que não podemos oferecer da América Latina uma visão unívoca de cada uma das nossas pátrias, porque nalgumas delas os governos não representam os seus povos; mas nesses povos encontra-se firme a vocação democrática, tal como em nós e em vós ela se manteve.

«AS MAIORES VIAGENS DOS PRESIDENTES VENEZUELANOS TERMINAVAM EM WASHINGTON...»

Abordando, como tema do petróleo, a sua viagem à URSS, acrescentou:

«Nenhuma grande nação, nem a U.R.S.S., nem os E.U.A. podem pretender que o seu imenso mundo seja suficiente. Têm que entender que está a estabelecer-se novo conceito de solidariedade e fraternidade universal. É esta a principal contribuição que as nações do Terceiro Mundo estão a trazer à Humanidade.

Pela primeira vez um presidente da Venezuela vem à Europa. As maiores viagens dos presidentes venezuelanos terminavam em Washington... Hoje, o presidente da Venezuela vai à URSS para expressar, em primeiro lugar, o seu repúdio à política de blocos, e afirmar o



conceito de indivisibilidade da solidariedade universal e da responsabilidade planetária de todas as nações na resolução dos problemas da humanidade, e também para significar a independência da nossa política internacional, que tem um lugar definido no mundo de hoje, mas que entende que não podem ser só os interesses dos grandes que dominam. A nossa palavra deve hoje ser ouvida no mesmo plano de igualdade. Estamos em luta pela criação de uma ordem nova.

Sobre o petróleo, viria a afirmar:

«Somos membros da Opep. A Opep não é um truste monopolista que queira repetir as aventuras dos monopólios transnacionais. Não é tão pouco uma organização que pretenda egoisticamente enriquecer os países seus membros. E, sim, a única possibilidade de poder e decisão que está nas mãos de quem tem sido tradicionalmente explorado pelos mais poderosos. As nossas matérias-primas, o trabalho dos nossos povos, os nossos produtos básicos, têm servido para acrescentar riquezas a empresas transnacio-

mais e aos países que estão por detrás delas.

O mundo não poderá continuar a ser dividido entre países explorados e países exploradores. O petróleo não servirá para isso. O petróleo serve apenas de instrumento de negociação. Torna-se necessário um entendimento em que nenhuma nação por poderosa que seja domine as economias de outros.

Quando se sabe o preço do petróleo, pensamos o que isso significa para os países economicamente débeis ou em vias de desenvolvimento.

Então deverá estabelecer-se uma relação entre preços do que exportamos e do que importamos.

E já estamos em Paris, na conferência Norte-Sul, defendendo a nossa política para que a economia mundial não sofra essa escalada de preços.

